



CÓD: OP-043JL-22
7908403525119

TRT-MT

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO

550 questões Gabaritadas- Oficial Judiciário

CADERNO GABARITADO

ÍNDICE

1. Língua Portuguesa	5
2. Matemática	35
3. Raciocínio-Lógico	41
4. Noções de Estatísticas	49
5. Direito Constitucional	55
6. Direito Administrativo	73
7. Orçamento Público	89
8. Gestão de Pessoas	95
9. Direito Tributário	97
10. Direito do Trabalho	115
11. Direito Processual do Trabalho	135
12. Direito Civil	151
13. Direito Processual Civil	155

LÍNGUA PORTUGUESA

LÍNGUA PORTUGUESA

1.(FCC - TÉCNICO JUDICIÁRIO (TRT 3ª REGIÃO)/ APOIO ESPECIALIZADO/CONTABILIDADE/2015 (E MAIS 2 CONCURSOS)

Está redigida corretamente, quanto à ortografia e à acentuação gráfica, a frase:

(A) A louza tradicional foi substituída por uma exposição em PowerPoint na aula que teve como expectadores uma equipe de insígnies cientistas chineses.

(B) O intuito da aula de Xiaomei consistiu em exibir as habilidades da robô, que, além de dispor de um notável repertório de informações, traz funções de interação.

(C) O evento ocorrido na Universidade Jiujiang deve suscitar não apenas a curiosidade dos sinólogos, estudiosos da cultura chinesa, mas do público de um modo geral.

(D) Xiaomei concluiu sua aula de maneira exitosa e os cientistas julgaram que a robô não teve um mal desempenho, embora ainda existam alguns ítems a ser aprimorados.

(E) O juri de cientistas que examinaram a atuação de Xiaomei era restrito, mas, graças às redes sociais, a notícia da robô se estendeu rapidamente pelo mundo todo.

2.(FCC - ANALISTA JUDICIÁRIO (TRT 19ª REGIÃO)/ APOIO ESPECIALIZADO/TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO/2011 (E MAIS 1 CONCURSO)

Quanto à ortografia, há INCORREÇÕES na frase:

(A) O crescimento da classe C tem tido uma importância incomensurável para o comércio, mas vem ocasionando também uma elevação na taxa de inadimplência, o que é perturbador.

(B) Milhões de pessoas têm sido beneficiadas com o crescimento econômico que se vê no país, saltando da classe D para a C, algo que há poucos anos não pareceria factível.

(C) Alguns especialistas vêm disseminando a teoria de que, a partir da distribuição de riqueza por meio da geração de milhões de novos empregos, a classe E deixe de existir.

(D) Os “consumidores emergentes”, como vêm sendo chamados os novos integrantes da classe C, ainda têm dificuldade em poupar e adquirem grande parcela de produtos a crédito.

(E) Sabe-se que a ascensão da classe D tem proporcionado um aumento expressivo do consumo de bens duráveis, o que pode acelerar sobremaneira esse mercado.

3.(FCC - TÉCNICO JUDICIÁRIO (TRT 19ª REGIÃO)/ APOIO ESPECIALIZADO/TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO/2011)

Atenção: Para responder à questão, considere o texto seguinte.

Começamos a nos dar conta de que, no que se refere ao mesmo serviço, a oferta online é preferida pelos consumidores à oferta local, e isso em todos os domínios. Tudo o que está online conhecerá um desenvolvimento rápido, geralmente em detrimento das ofertas puramente locais, e pela simples razão de que o ciberespaço oferece globalmente mais escolhas, por um preço melhor. A menos que reinventem radicalmente os serviços que oferecem, as pequenas lojas tenderão a desaparecer, salvo aquelas que prestam um serviço original ou difícil de virtualizar.

(Adaptado de: Pierre Lévy. A conexão planetária. Trad. Maria Lúcia Homem e Ronaldo Entler. São Paulo, Ed. 34, 2003, p. 52)

Estão grafadas corretamente todas as palavras da frase:

(A) O mercado mais atraente é necessariamente aquele que possui mais produtos disponíveis.

(B) Com o advento da internet, deparamos com uma imensa cidade virtual, onde há os melhores preços do mercado.

(C) A escassez de mercadorias no campo foi determinante para explicar o porque dos homens se agruparem nas cidades.

(D) As empresas virtuais vêm se tornando concorrentes desleais das que se encontram no mundo físico.

(E) O mercado de relacionamentos virtuais assistiu a um avanço discomunal com a consolidação da internet.

4.(FCC - TÉCNICO JUDICIÁRIO (TRT 16ª REGIÃO)/ ADMINISTRATIVA/2009 (E MAIS 2 CONCURSOS)

Atenção: A questão baseia-se no texto apresentado abaixo.

O país é o mesmo. O dia, mês e ano também. Brasil, 28 de abril de 2009. No Rio Grande do Sul, o índice de chuvas está 96% abaixo do que seria normal neste período. A taxa de umidade despencou para menos de 20%, enquanto o saudável é praticamente o dobro. Tudo é seca e insolação. Brasil, 28 de abril de 2009. No Piauí os moradores enfrentam as piores cheias dos últimos 25 anos. Chove sem parar. Cidades estão ilhadas. Cerca de 100 mil pessoas ficaram desabrigadas.

“O tempo anda louco”, eis a frase leiga e padrão que mais se fala e mais se ouve nas queixas em relação às radicais discrepâncias climáticas. Vale para o Norte e Nordeste do país, vale para a região Sul também. A mais nova e polêmica explicação para tais fenômenos é uma revolucionária teoria sobre as chuvas, chamada “bomba biótica”, e pode mudar os conceitos da meteorologia tradicional.

Olhemos, agora, por exemplo, não para a loucura do tempo em um único país, mas sim para a “loucura a dois”. Por que chove tanto em algumas regiões distantes da costa, como no interior da Amazônia, enquanto países como a Austrália se transformam em deserto? Dois cientistas russos sustentam, embasados na metodologia da bomba biótica, que as florestas são responsáveis pela criação dos ventos e a distribuição da chuva ao redor do planeta – como uma espécie de coração que bombeia a umidade. Esse modelo questiona a meteorologia convencional, que explica a movimentação do ar sobretudo pela diferença de temperatura entre os oceanos e a terra. Ao falarem de chuva aqui e de seca acolá, eles acabam falando de um dos mais atuais e globalizados temas: a devastação das matas.

Para o biogeoquímico Donato Nobre, do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia e principal proponente da linha da bomba biótica no Brasil, somente ela é que explica com clareza a contradição entre a seca e a aridez que estão minguando as lavouras na região Sul e as chuvas intensas que transbordam o Norte e o Nordeste.

De acordo, porém, com o professor americano David Adams, da Universidade do Estado do Amazonas, os físicos russos estão supervalorizando a força da bomba biótica.

(Adaptado de Maira Magro. Istoé, 6/5/2009, p. 98-99)

A frase em que há palavras escritas de modo INCORRETO é:

- (A) Alguns estudiosos reagem com sensatez às recentes explicações, considerando se o papel da bomba biótica é realmente crucial na circulação do ar.
 (B) Se for comprovada a correção da nova teoria, a preservação das florestas torna-se essencial para garantir a qualidade de vida em todo o planeta.

(C) O desmatamento indiscriminado, que reduz os índices de chuvas e altera o ciclo das águas, pode transformar um continente em um extenso e inabitável deserto.

(D) Com ventos mais próximos ao mar, o ar úmido resultante da evaporação da água do oceano é puxado para o continente, distribuindo a chuva ao redor do planeta.

(E) A aridez que sempre caracterizou as paisagens do Nordeste brasileiro aparece agora, para assombro de todos, na região Sul, comprometendo as safras de grãos.

5.(FCC - ANALISTA JUDICIÁRIO (TRT 23ª REGIÃO)/ JUDICIÁRIA/“SEM ESPECIALIDADE”/2007 (E MAIS 12 CONCURSOS)

Atenção: A questão refere-se ao texto que segue.

Da ação dos justos

Em recente entrevista na TV, uma conhecida e combativa juíza brasileira citou esta frase de Disraeli*: “É preciso que os homens de bem tenham a audácia dos canalhas”. Para a juíza, o sentido da frase é atualíssimo: diz respeito à freqüente omissão das pessoas justas e honestas diante das manifestações de violência e de corrupção que se multiplicam em nossos dias e que, felizmente, têm chegado ao conhecimento público e vêm sendo investigadas e punidas. A frase propõe uma ética atuante, cujos valores se materializem em reação efetiva, em gestos de repúdio e medidas de combate à barbárie moral. Em outras palavras: que a desesperança e o silêncio não tomem conta daqueles que pautam sua vida por princípios de dignidade.

Como não concordar com a oportunidade da frase? Normalmente, a indignação se reduz a conversas privadas, a comentários pessoais, não indo além de um mero discurso ético. Se não transpõe o limite da queixa, a indignação é impotente, e seu efeito é nenhum; mas se ela se converte em gesto público, objetivamente dirigido contra a arrogância acanhada, alcança a dimensão da prática social e política, e gera conseqüências.

A frase lembra-nos que não costuma haver qualquer hesitação entre aqueles que se decidem pela desonestidade e pelo egoísmo. Seus atos revelam iniciativa e astúcia, facilitadas pela total ausência de compromisso com o interesse público. Realmente, a falta de escrúpulo aplaina o caminho de quem não confronta o justo e o injusto; por outro lado, muitas vezes faltam coragem e iniciativa aos homens que conhecem e mantêm viva a diferença entre um e outro. Pois que estes a deixem clara, e não abram mão de reagir contra quem a ignore.

MATEMÁTICA

MATEMÁTICA

1.(FCC - TÉCNICO JUDICIÁRIO (TRT 1ª REGIÃO)/ APOIO ESPECIALIZADO/TECNOLOGIA DA INFORMÁTICA/2014)

No enquadramento de determinados elementos verificou-se que todos se enquadram na categoria J; nem todos, mas alguns se enquadram na categoria K; nem todos, mas alguns se enquadram na categoria L; nem todos, mas alguns se enquadram na categoria M, estes porém, não se enquadram, em hipótese alguma, na categoria L. Sendo assim, um elemento que se enquadra na categoria K

- (A) não está enquadrado na categoria M, mas está enquadrado na categoria J.
- (B) pode estar enquadrado na categoria M e também estar enquadrado na categoria L.
- (C) pode estar enquadrado na categoria L, mas não na categoria M.
- (D) pode não estar enquadrado na categoria J.
- (E) está enquadrado na categoria L.

2.(FCC - ANALISTA JUDICIÁRIO (TRT 6ª REGIÃO)/ JUDICIÁRIA/"SEM ESPECIALIDADE"/2018 (E MAIS 1 CONCURSO))

Em uma empresa com 120 funcionários, 42 recebem vale-transporte e 95 recebem vale-refeição. Sabendo que todos os funcionários da empresa recebem ao menos um desses dois benefícios, o total de funcionários que recebem ambos os benefícios é igual a

- (A) 25.
- (B) 17.
- (C) 15.
- (D) 19.
- (E) 20.

3.(FCC - ANALISTA JUDICIÁRIO (TRT 6ª REGIÃO)/ JUDICIÁRIA/"SEM ESPECIALIDADE"/2018)

Em um determinado departamento, todos os funcionários são ou advogados, ou economistas, ou advogados e economistas. Sabe-se que 5 funcionários são

apenas economistas, e que 15 funcionários são advogados, sendo que parte destes também são economistas. Se 45% dos funcionários desse departamento são advogados e economistas, então o número de funcionários do departamento que são apenas advogados é igual a

- (A) 7.
- (B) 8.
- (C) 4.
- (D) 5.
- (E) 6.

4.(FCC - ANALISTA JUDICIÁRIO (TRT 11ª REGIÃO)/ ADMINISTRATIVA/"SEM ESPECIALIDADE"/2017 (E MAIS 13 CONCURSOS))

Para um concurso foram entrevistados 970 candidatos, dos quais 527 falam inglês, 251 falam francês, 321 não falam inglês nem francês. Dos candidatos entrevistados, falam inglês e francês, aproximadamente,

- (A) 13%.
- (B) 18%.
- (C) 9%.
- (D) 11%.
- (E) 6%.

5.(FCC - ANALISTA JUDICIÁRIO (TRT 11ª REGIÃO)/ ADMINISTRATIVA/"SEM ESPECIALIDADE"/2017 (E MAIS 13 CONCURSOS))

Uma construtora convoca interessados em vagas de pedreiros e de carpinteiros. No dia de apresentação, das 191 pessoas que se interessaram, 113 disseram serem aptas para a função pedreiro e 144 disseram serem aptas para a função carpinteiro. A construtora contratou apenas as pessoas que se declararam aptas em apenas uma dessas funções. Agindo dessa maneira, o número de carpinteiros que a construtora contratou a mais do que o número de pedreiros foi igual a

- (A) 65.
- (B) 47.
- (C) 31.
- (D) 19.
- (E) 12.

6.(FCC - ANALISTA JUDICIÁRIO (TRT 14ª REGIÃO)/ JUDICIÁRIA/"SEM ESPECIALIDADE"/2016 (E MAIS 2 CONCURSOS)

Após combater um incêndio em uma fábrica, o corpo de bombeiros totalizou as seguintes informações sobre as pessoas que estavam no local durante o incêndio:

- 28 sofreram apenas queimaduras;
- 45 sofreram intoxicação;
- 13 sofreram queimaduras e intoxicação;
- 7 nada sofreram.

Do total de pessoas que estavam no local durante os acidentes, sofreram apenas intoxicação

- (A) 48,38%.
- (B) 45,00%.
- (C) 42,10%.
- (D) 56,25%.
- (E) 40,00%.

7.(FCC - TÉCNICO JUDICIÁRIO (TRT 2ª REGIÃO)/ ADMINISTRATIVA/"SEM ESPECIALIDADE"/2014)

Em uma escola de 100 alunos, há três recuperações durante o ano, sendo uma em cada trimestre. Em certo ano, 55 alunos ficaram em recuperação no 1º trimestre, 48 no 2º e 40 no 3º. Somente com esses dados, é correto concluir que naquele ano, necessariamente,

- (A) todos os alunos da escola ficaram em recuperação em, pelo menos, um trimestre.
- (B) 40 alunos ficaram em recuperação em dois trimestres e os demais em um único.
- (C) pelo menos um aluno da escola ficou em recuperação em somente dois trimestres.
- (D) no mínimo 5 e no máximo 40 alunos ficaram em recuperação nos três trimestres.
- (E) pelo menos 3 alunos ficaram em recuperação no 1º e também no 2º trimestre.

8.(FCC - ANALISTA JUDICIÁRIO (TRT 19ª REGIÃO)/ JUDICIÁRIA/OFICIAL DE JUSTIÇA AVALIADOR FEDERAL/2014 (E MAIS 6 CONCURSOS)

Mapeando 21 funcionários quanto ao domínio das habilidades A, B e C, descobriu-se que nenhum deles dominava, simultaneamente, as três habilidades. Já com domínio de duas habilidades simultâneas há, pelo menos, uma pessoa em todas as possibilidades. Também há quem domine apenas uma dessas habilidades seja qual habilidade for. O intrigante no mapeamento é que em nenhum grupo, seja de domínio de uma ou de duas habilidades, há número igual de pessoas. Saben-

do-se que o total daqueles que dominam a habilidade A são 12 pessoas e que o total daqueles que dominam a habilidade B também são 12 pessoas, o maior número possível daqueles que só dominam a habilidade C é igual a

- (A) 3.
- (B) 1.
- (C) 2.
- (D) 4.
- (E) 5.

9.(FCC - TÉCNICO JUDICIÁRIO (TRT 19ª REGIÃO)/ ADMINISTRATIVA/2014)

Dos 46 técnicos que estão aptos para arquivar documentos 15 deles também estão aptos para classificar processos e os demais estão aptos para atender ao público. Há outros 11 técnicos que estão aptos para atender ao público, mas não são capazes de arquivar documentos. Dentre esses últimos técnicos mencionados, 4 deles também são capazes de classificar processos. Sabe-se que aqueles que classificam processos são, ao todo, 27 técnicos. Considerando que todos os técnicos que executam essas três tarefas foram citados anteriormente, eles somam um total de

- (A) 58.
- (B) 65.
- (C) 76.
- (D) 53.
- (E) 95.

10.(FCC - TÉCNICO JUDICIÁRIO (TRT 16ª REGIÃO)/ ADMINISTRATIVA/2014 (E MAIS 2 CONCURSOS)

Em uma oficina de automóveis há mecânicos, eletricitas e lanterneiros. São 7 os mecânicos que podem atuar como eletricitas, mas não como lanterneiros. São 4 os mecânicos que podem atuar também nas outras duas funções. Aqueles que atuam apenas como eletricitas e apenas lanterneiros são, respectivamente, 3 e 1 funcionários. Nessa oficina são ao todo 20 pessoas que exercem uma, duas ou três dessas funções. Dessas 20 pessoas, aquelas que não foram descritas anteriormente atuam apenas como mecânicos. Desse modo, o número de funcionários que podem exercer a função de mecânico supera o número daqueles que podem exercer a função de lanterneiro em

- (A) 4.
- (B) 9.
- (C) 2.
- (D) 11.
- (E) 0.

RACIOCÍNIO-LÓGICO

RACIOCÍNIO-LÓGICO

1.(FCC - ANALISTA JUDICIÁRIO (TRT 9ª REGIÃO)/ ADMINISTRATIVA/"SEM ESPECIALIDADE"/2004 (E MAIS 12 CONCURSOS)

Admita que, a cada semana, um processo seja arquivado em um fórum. Uma proposição aberta, com x sendo um número natural, equivalente à sentença interrogativa "em quantas semanas são arquivados mais de 210 processos nesse fórum?" é:

- (A) $210x > 7$
- (B) $210x = 7$
- (C) $7 + x = 210$
- (D) $7x = 210$
- (E) $7x > 210$

2.(FCC - TÉCNICO JUDICIÁRIO (TRT 7ª REGIÃO)/ APOIO ESPECIALIZADO/TECNOLOGIA DA INFORMÁTICA/2009)

Duas proposições combinadas que traduzem tanto a idéia de hipóteses mutuamente exclusivas quanto à de que pelo menos uma das hipóteses ocorra, representam uma operação lógica denominada

- (A) bicondicional.
- (B) condicional.
- (C) negação.
- (D) conjunção.
- (E) disjunção.

3.(FCC - ANALISTA JUDICIÁRIO (TRT 2ª REGIÃO)/ ADMINISTRATIVA/2014 (E MAIS 7 CONCURSOS)

Durante um comício de sua campanha para o Governo do Estado, um candidato fez a seguinte afirmação:

"Se eu for eleito, vou asfaltar 2.000 quilômetros de estradas e construir mais de 5.000 casas populares em nosso Estado."

Considerando que, após algum tempo, a afirmação revelou-se falsa, pode-se concluir que, necessariamente,

- (A) o candidato não foi eleito e não foram asfaltados 2.000 quilômetros de estradas no Estado.
- (B) o candidato não foi eleito, mas foram construídas mais de 5.000 casas populares no Estado.
- (C) o candidato foi eleito, mas não foram asfaltados 2.000 quilômetros de estradas no Estado.
- (D) o candidato foi eleito e foram construídas mais de 5.000 casas populares no Estado.
- (E) não foram asfaltados 2.000 quilômetros de estradas ou não foram construídas mais de 5.000 casas populares no Estado.

4.(FCC - ANALISTA JUDICIÁRIO (TRT 1ª REGIÃO)/ JUDICIÁRIA/EXECUÇÃO DE MANDADOS/2013)

Leia os Avisos I e II, colocados em um dos setores de uma fábrica.

Aviso I

Prezado funcionário,
se você não realizou o curso específico, então não pode operar a máquina M.

Aviso II

Prezado funcionário,
se você realizou o curso específico, então pode operar a máquina M.
Paulo, funcionário desse setor, realizou o curso específico, mas foi proibido, por seu supervisor, de operar a máquina M. A decisão do supervisor

- (A) opõe-se apenas ao Aviso I.
- (B) opõe-se ao Aviso I e pode ou não se opor ao Aviso II.
- (C) opõe-se aos dois avisos.
- (D) não se opõe ao Aviso I nem ao II.
- (E) opõe-se apenas ao Aviso II.

5.(FCC - ANALISTA JUDICIÁRIO (TRT 6ª REGIÃO)/ JUDICIÁRIA/"SEM ESPECIALIDADE"/2012 (E MAIS 1 CONCURSO)

Um mecânico sabe que todo veículo de determinada marca, quando apresenta algum problema no sistema de freios, automaticamente aciona um bloqueio que impede que seja dada a partida no veículo. Dois veículos X e Y dessa marca foram levados à oficina desse mecânico com algum problema. No veículo X, a

partida podia ser dada normalmente, mas no veículo Y ela estava bloqueada. A partir dessas informações, o mecânico concluiu que

- (A) tanto o veículo X quanto o veículo Y certamente apresentavam algum problema no sistema de freios.
- (B) o veículo X podia ou não apresentar algum problema no sistema de freios, enquanto que o veículo Y certamente apresentava.
- (C) o veículo X certamente não apresentava problema no sistema de freios, mas o veículo Y certamente apresentava.
- (D) o veículo X certamente não apresentava problema no sistema de freios, enquanto que o veículo Y podia ou não apresentar.
- (E) tanto o veículo X quanto o veículo Y certamente não apresentavam qualquer problema no sistema de freios.

6.(FCC - ANALISTA JUDICIÁRIO (TRT 11ª REGIÃO)/ APOIO ESPECIALIZADO/TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO/201)

Os adesivos (1) e (2), mostrados a seguir, estavam colados na mesma bomba de etanol de um posto de gasolina brasileiro.



Em relação a esse contexto, considere as hipóteses (X) e (Y) descritas abaixo.

- (X) O etanol da bomba em questão não está límpido e incolor, e mesmo assim, está sendo comercializado.
- (Y) A agência fiscalizadora proíbe o posto em questão de comercializar o etanol daquela bomba, apesar de ele estar límpido e incolor.

- A ocorrência da hipótese (X) contradiz
- (A) apenas a afirmação do adesivo (1) e a ocorrência da hipótese (Y) contradiz apenas a afirmação do adesivo (2).
 - (B) apenas a afirmação do adesivo (1) e a ocorrência da hipótese (Y) não contradiz as afirmações dos adesivos (1) e (2).

- (C) apenas a afirmação do adesivo (2) e a ocorrência da hipótese (Y) contradiz apenas a afirmação do adesivo (1).
- (D) as afirmações dos adesivos (1) e (2) e a ocorrência da hipótese (Y) contradiz apenas a afirmação do adesivo (2).
- (E) as afirmações dos adesivos (1) e (2) e a ocorrência da hipótese (Y) não contradiz as afirmações dos adesivos (1) e (2).

7.(FCC - TÉCNICO JUDICIÁRIO (TRT 2ª REGIÃO)/ ADMINISTRATIVA/"SEM ESPECIALIDADE"/2008)

Dadas as proposições simples p e q, tais que p é verdadeira e q é falsa, considere as seguintes proposições compostas:

- (1) $p \wedge q$; (2) $\sim p \rightarrow q$; (3) $\sim(p \vee \sim q)$; (4) $\sim(p \leftrightarrow q)$

Quantas dessas proposições compostas são verdadeiras?

- (A) Nenhuma.
- (B) Apenas uma.
- (C) Apenas duas.
- (D) Apenas três.
- (E) Quatro.

8.(FCC - TÉCNICO JUDICIÁRIO (TRT 9ª REGIÃO)/ ADMINISTRATIVA/"SEM ESPECIALIDADE"/2004 (E MAIS 9 CONCURSOS))

Leia atentamente as proposições P e Q:

- P: o computador é uma máquina.
- Q: compete ao cargo de técnico judiciário a construção de computadores.

Em relação às duas proposições, é correto afirmar que

- (A) a proposição composta "P ou Q" é verdadeira.
- (B) a proposição composta "P e Q" é verdadeira.
- (C) a negação de P é equivalente à negação de Q.
- (D) P é equivalente a Q.
- (E) P implica Q.

9.(FCC - TÉCNICO JUDICIÁRIO (TRT 9ª REGIÃO)/ ADMINISTRATIVA/"SEM ESPECIALIDADE"/2004 (E MAIS 9 CONCURSOS))

Leia atentamente as proposições simples P e Q:

- P: João foi aprovado no concurso do Tribunal.
- Q: João foi aprovado em um concurso.

Do ponto de vista lógico, uma proposição condicional correta em relação a P e Q é:

NOÇÕES DE ESTATÍSTICAS

NOÇÕES DE ESTATÍSTICAS

1.(FCC - ANALISTA JUDICIÁRIO (TRT 14ª REGIÃO)/ APOIO ESPECIALIZADO/ESTATÍSTICA/2018)

De um histograma e uma tabela de frequências absolutas, elaborados para analisar a distribuição dos salários dos empregados em uma empresa, obtém-se a informação que 24 empregados ganham salários com valores pertencentes ao intervalo (2.000; 4.000], em reais, que apresenta uma densidade de frequência de $0,75 \times 10^{-4}$ (R\$)-1.

Densidade de frequência de um intervalo é o resultado da divisão da respectiva frequência relativa pela amplitude deste intervalo. Em um intervalo do histograma que está sendo analisado, com uma amplitude de R\$ 3.000,00 e uma densidade de frequência de 1×10^{-4} (R\$)-1, tem-se que o correspondente número de empregados é igual a

- (A) 40.
- (B) 36.
- (C) 30.
- (D) 48.
- (E) 42.

2.(FCC - ANALISTA JUDICIÁRIO (TRT 20ª REGIÃO)/ APOIO ESPECIALIZADO/ESTATÍSTICA/2016)

Um gráfico corresponde a um histograma apresentando a distribuição dos salários dos funcionários lotados em um determinado órgão público. No eixo das abscissas constam os intervalos de classe (fechados à esquerda e abertos à direita) dos salários em R\$ e no eixo das ordenadas as respectivas densidades de frequências em (R\$) -1. Densidade de frequência de um intervalo é definida como sendo o resultado da divisão da respectiva frequência relativa pela correspondente amplitude do intervalo. Se 135 funcionários ganham salários com valores pertencentes ao intervalo [3.000, 6.000) com uma densidade de frequência de 1×10^{-4} (R\$) -1, então o número de funcionários que ganham salários com valores pertencentes ao intervalo [6.000, 8.000) com uma densidade de frequência de 2×10^{-4} (R\$) -1 é igual a

- (A) 300
- (B) 180
- (C) 270
- (D) 150
- (E) 90

3.(FCC - ANALISTA JUDICIÁRIO (TRT 3ª REGIÃO)/ APOIO ESPECIALIZADO/ESTATÍSTICA/2015)

Em um histograma representando os preços unitários de microcomputadores em estoque, observa-se que no eixo das abscissas constam os intervalos de classe em R\$ e no eixo das ordenadas as respectivas densidades de frequências em (R\$)- 1. Densidade de frequência de um intervalo de classe é o resultado da divisão da respectiva frequência relativa pela correspondente amplitude do intervalo. Um determinado intervalo de classe com amplitude igual a R\$ 2.500,00 apresenta uma densidade de frequência, em (R\$)- 1, igual a $12,8 \times 10^{-5}$. Se o número de microcomputadores deste intervalo é igual a 48, então o número total de microcomputadores em estoque é igual a

- (A) 150.
- (B) 120.
- (C) 240.
- (D) 160.
- (E) 96.

4.(FCC - ANALISTA JUDICIÁRIO (TRT 12ª REGIÃO)/ APOIO ESPECIALIZADO/ESTATÍSTICA/2013)

Os salários dos n empregados em um determinado ramo de atividade estão representados em um histograma em que no eixo das ordenadas estão assinaladas as respectivas densidades de frequência, em (R\$)-1 para cada intervalo de classe indicado no eixo das abscissas. Define-se densidade de frequência de classe como sendo o resultado da divisão da respectiva frequência relativa (f i) pela correspondente amplitude do intervalo (Δi) Um determinado intervalo de classe do histograma corresponde aos salários maiores ou iguais a R\$ 3.000,00 e menores que R\$ 5.000,00 com uma densidade de frequência (f i / Δi) igual a $1,2 \times 10^{-4}$ (R\$)-1. Se o número de salários deste intervalo de classe é igual a 3.600, então n é igual a

- (A) 24.000.
- (B) 15.000.
- (C) 18.000.
- (D) 12.000.
- (E) 30.000.

5.(FCC - ANALISTA JUDICIÁRIO (TRT 6ª REGIÃO)/APOIO ESPECIALIZADO/ESTATÍSTICA/2012)

A distribuição dos 500 preços unitários de um equipamento é representada por um histograma em que no eixo das abscissas constam os intervalos de classe e no eixo das ordenadas estão assinaladas as respectivas densidades de frequências, em (R\$)-1. Define-se densidade de frequência de um intervalo de classe como sendo o resultado da divisão da respectiva frequência relativa pela correspondente amplitude do intervalo. Um intervalo de classe no histograma apresenta uma amplitude de R\$ 2,50 com uma densidade de frequência igual a 0,096. A quantidade de preços unitários referente a este intervalo é

- (A) 96.
- (B) 120.
- (C) 144.
- (D) 150.
- (E) 192.

6.(FCC - ANALISTA JUDICIÁRIO (TRT 6ª REGIÃO)/APOIO ESPECIALIZADO/ESTATÍSTICA/2012)

A função de distribuição empírica abaixo, $F_{200}(x)$, refere-se a uma pesquisa realizada em 200 residências, escolhidas aleatoriamente, em que x é o número verificado de pessoas que trabalham em cada residência.

$$F_{200}(x) = \begin{cases} 0,00 & \text{se } x < 0 \\ 0,10 & \text{se } 0 \leq x < 1 \\ 0,40 & \text{se } 1 \leq x < 2 \\ 0,65 & \text{se } 2 \leq x < 3 \\ 0,85 & \text{se } 3 \leq x < 4 \\ 0,95 & \text{se } 4 \leq x < 5 \\ 1,00 & \text{se } x \geq 5 \end{cases}$$

O número de residências desta pesquisa em que se verificou possuir pelo menos uma pessoa que trabalha e menos que 4 é

- (A) 150.
- (B) 160.
- (C) 170.
- (D) 180.
- (E) 190.

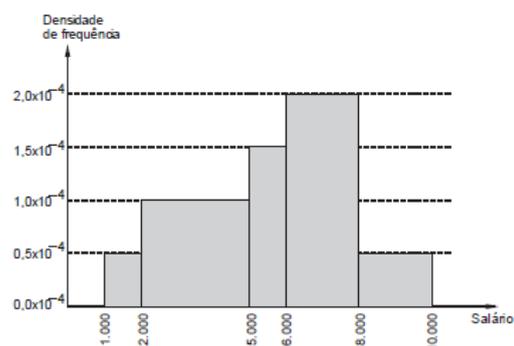
7.(FCC - ANALISTA JUDICIÁRIO (TRT 16ª REGIÃO)/APOIO ESPECIALIZADO/ESTATÍSTICA/2014)

A distribuição das medidas dos comprimentos, em cm, de uma determinada peça em estoque de uma fábrica está representada em um histograma com todos os intervalos de classe fechados à esquerda e abertos à direita. No eixo horizontal constam os intervalos de classe e no eixo vertical as respectivas densidades de frequências, em cm^{-1} . Define-se densidade de frequência de um intervalo de classe como sendo o resultado da divisão da respectiva frequência relativa pela correspondente amplitude deste intervalo. Verifica-se com relação ao histograma, que o intervalo de classe $[2, 6)$, em cm, apresenta uma densidade de frequência igual a $0,028 \text{ cm}^{-1}$. Dado que o número de peças em estoque com medidas iguais ou superiores a 2 cm e inferiores a 6 cm é igual a 84, obtém-se que o número total destas peças em estoque é

- (A) 750.
- (B) 400.
- (C) 500.
- (D) 250.
- (E) 1.000.

8.(FCC - ANALISTA JUDICIÁRIO (TRT 13ª REGIÃO)/APOIO ESPECIALIZADO/ESTATÍSTICA/2014)

O histograma, abaixo, refere-se à distribuição dos salários dos funcionários lotados em um setor de um órgão público. No eixo das abscissas constam os intervalos de classe em R\$ (todos fechados à esquerda e abertos à direita) e no eixo das ordenadas as respectivas densidades de frequências em $(\text{R\$})^{-1}$. Define-se densidade de frequência de um intervalo como sendo o resultado da divisão da respectiva frequência relativa pela correspondente amplitude do intervalo.



Se o número de funcionários que tem um salário inferior a R\$ 5.000,00 é igual a 56, então verifica-se que o número de funcionários que tem um salário igual ou superior a R\$ 2.000,00 e inferior a R\$ 8.000,00 é igual a

DIREITO CONSTITUCIONAL

DIREITO CONSTITUCIONAL

1. (FCC - ANALISTA JUDICIÁRIO (TRT 23ª REGIÃO)/ JUDICIÁRIA/"SEM ESPECIALIDADE"/2004)

No que diz respeito à estrutura das constituições, considere como componentes, dentre outros:

I. os consagrados nas normas destinadas a assegurar a solução dos conflitos constitucionais, a defesa da constituição, do Estado e das instituições democráticas, premunindo os meios e técnicas contra sua alteração e infringência.

II. os que se manifestam nas normas que consubstanciam o elenco dos direitos e garantias fundamentais, com exceção dos Direitos Sociais, que se enquadram em outra categoria.

Esses componentes são conhecidos, respectivamente, como elementos

- (A) limitativos e orgânicos.
- (B) de estabilização constitucional e limitativos.
- (C) formais de aplicabilidade e sócio-ideológicos.
- (D) orgânicos e formais de aplicabilidade.
- (E) sócio-ideológicos e de estabilização constitucional.

2. (FCC - ANALISTA JUDICIÁRIO (TRT 23ª REGIÃO)/ JUDICIÁRIA/EXECUÇÃO DE MANDADOS/2004)

Tendo em vista a classificação das constituições considere:

I. A Constituição formada por um plebiscito popular sobre um projeto elaborado por uma Junta Governativa ou por um Ditador.

II. A Constituição como sendo o peculiar modo de existir do Estado, reduzido, sob forma escrita, a um documento solenemente estabelecido pelo poder constituinte e somente modificável por processos especiais e normas de conduta especiais nela própria estabelecidos.

Essas afirmações, dizem respeito, respectivamente, às constituições

- (A) cesarista e formal.
- (B) outorgada e material.
- (C) rígida e flexível.
- (D) rígida e semi-rígida.
- (E) não escrita e escrita.

3. (FCC - ANALISTA JUDICIÁRIO (TRT 23ª REGIÃO)/ JUDICIÁRIA/OFICIAL DE JUSTIÇA AVALIADOR FEDERAL/2016)

Dispõe o artigo 18, § 2º, da Constituição Federal: "Os Territórios Federais integram a União, e sua criação, transformação em Estado ou reintegração ao Estado de origem serão reguladas em lei complementar". De acordo com a classificação de aplicabilidade das normas constitucionais, o art. 18, § 2º da Constituição Federal de 1988 é uma norma de

- (A) eficácia contida.
- (B) eficácia plena.
- (C) princípio programático.
- (D) princípio institutivo ou organizativo.
- (E) eficácia controlada.

4. (FCC - ANALISTA JUDICIÁRIO (TRT 23ª REGIÃO)/ JUDICIÁRIA/"SEM ESPECIALIDADE"/2004)

O enunciado é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer é considerado como norma constitucional

- (A) de eficácia contida.
- (B) de eficácia plena.
- (C) meramente programática.
- (D) de eficácia limitada.
- (E) de direito coletivo absoluto.

5. (FCC - ANALISTA JUDICIÁRIO (TRT 23ª REGIÃO)/ JUDICIÁRIA/EXECUÇÃO DE MANDADOS/2004)

A norma constitucional *a lei não prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada* é considerada como

- (A) de eficácia absoluta.
- (B) de eficácia plena.
- (C) programática relativa.
- (D) de eficácia relativa restrigível.
- (E) de direito coletivo dependente de complementação legislativa.

6. (FCC - ANALISTA JUDICIÁRIO (TRT 23ª REGIÃO)/ JUDICIÁRIA/EXECUÇÃO DE MANDADOS/2004)

No que diz respeito ao Poder Constituinte observe as afirmações:

I. As formas básicas de expressão do Poder Constituinte originário restringem-se à uma Convenção ou Assembleia, desde que sejam nacionais e de natureza constituinte.

II. O Poder Constituinte derivado decorrente consiste na possibilidade de que os Estados-Membros têm de se auto-organizar, por meio das respectivas constituições estaduais, observando-se os princípios da Constituição Federal.

III. O Poder Constituinte originário é inicial, limitado e autônomo e sujeito a certas formas para manifestar sua vontade.

IV. O Poder Constituinte derivado é subordinado, condicional e pode ser reformador.

- (A) Está correto o que se afirma apenas em I e II.
- (B) Está correto o que se afirma apenas em I e IV.
- (C) Está correto o que se afirma apenas em II e III.
- (D) Está correto o que se afirma apenas em II e IV.
- (E) Está correto o que se afirma apenas em III e IV.

7. (FCC - ANALISTA JUDICIÁRIO (TRT 23ª REGIÃO)/ ADMINISTRATIVA/"SEM ESPECIALIDADE"/2004)

Dentre outras, é considerada característica do Poder Constituinte originário e derivado, respectivamente, ser

- (A) decorrente e autônomo.
- (B) condicionado e decorrente.
- (C) reformador e incondicionado.
- (D) inicial e ilimitado.
- (E) autônomo e subordinado.

8. (FCC - TÉCNICO JUDICIÁRIO (TRT 23ª REGIÃO)/ ADMINISTRATIVA/2016)

Ao dispor sobre os Princípios Fundamentais da República Federativa do Brasil, a Constituição prevê, expressamente, como (1) fundamento, (2) objetivo e (3) princípio de relações internacionais da República:

(1) Fundamento	(2) Objetivo	(3) Princípio de relações internacionais da República
-------------------	-----------------	--

(A)

a soberania	a construção de uma sociedade livre, justa e igualitária	a solução dos conflitos pela arbitragem
-------------	--	---

(B)

os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa	a garantia do desenvolvimento nacional	a cooperação entre os povos para o progresso da humanidade
--	--	--

(C)

a cidadania	a promoção de formas alternativas de geração de energia	a independência nacional
-------------	---	--------------------------

(D)

a dignidade da pessoa humana	a proteção da infância e da juventude	a concessão de asilo político
------------------------------	---------------------------------------	-------------------------------

(E)

o parlamentarismo	a construção de uma sociedade livre, justa e igualitária	a defesa da paz
-------------------	--	-----------------

9. (FCC - ANALISTA JUDICIÁRIO (TRT 23ª REGIÃO)/ ADMINISTRATIVA/"SEM ESPECIALIDADE"/2016)

O princípio da solidariedade social

- (A) não está contemplado no segmento normativo da Constituição Brasileira.
- (B) tem previsão restrita ao preâmbulo da Constituição e como tal não pode ser invocado judicialmente para seu asseguramento.
- (C) é corolário do princípio da soberania nacional que, garantindo a indissolubilidade do Estado, obriga a formação de laços de solidariedade na sua defesa.
- (D) não é princípio constitucional, mas mero fundamento da República.
- (E) é um dos três componentes estruturais do princípio democrático quando a Constituição preconiza o modelo de construção de uma sociedade livre, justa e solidária.

10. (FCC - ANALISTA JUDICIÁRIO (TRT 23ª REGIÃO)/ ADMINISTRATIVA/"SEM ESPECIALIDADE"/2007)

O pluralismo político é um dos

- (A) princípios da administração pública direta e indireta.
- (B) objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil.
- (C) fundamentos da República Federativa do Brasil.
- (D) princípios norteadores da República Federativa do Brasil nas suas relações internacionais.
- (E) direitos sociais assegurados pela Constituição Federal do Brasil.

DIREITO ADMINISTRATIVO

DIREITO ADMINISTRATIVO

1.(FCC - ANALISTA JUDICIÁRIO (TRT 18ª REGIÃO)/ ADMINISTRATIVA/"SEM ESPECIALIDADE"/2013

A Administração pública tem como finalidade

- (A) a prestação de serviços aos cidadãos.
- (B) a conservação e aprimoramento de bens públicos.
- (C) a limitação dos princípios jurídicos que regem os órgãos, os agentes e as atividades públicas.
- (D) a ampliação da estrutura constitucional do Estado.
- (E) o estabelecimento de alicerces da formalidade e da materialidade.

2.(FCC - ANALISTA JUDICIÁRIO (TRT 24ª REGIÃO)/ ADMINISTRATIVA/"SEM ESPECIALIDADE"/2017)

Em importante julgamento proferido pelo Supremo Tribunal Federal, foi considerada inconstitucional lei que destinava verbas públicas para o custeio de evento cultural tipicamente privado, sem amparo jurídico-administrativo. Assim, entendeu a Corte Suprema tratar-se de favorecimento a seguimento social determinado, incompatível com o interesse público e com princípios que norteiam a atuação administrativa, especificamente, o princípio da

- (A) presunção de legitimidade restrita.
- (B) motivação.
- (C) impessoalidade.
- (D) continuidade dos serviços públicos.
- (E) publicidade.

3.(FCC - TÉCNICO JUDICIÁRIO (TRT 24ª REGIÃO)/ ADMINISTRATIVA/"SEM ESPECIALIDADE"/2017)

Em importante julgamento proferido pelo Superior Tribunal de Justiça, reconheceu a Corte Superior a impossibilidade de acumulação de cargos públicos de profissionais da área da saúde quando a jornada de trabalho superar sessenta horas semanais. Assim, foi considerada a legalidade da limitação da jornada de trabalho do profissional de saúde para sessenta horas semanais, na medida em que o profissional da área da saúde precisa estar em boas condições físicas e mentais para bem exercer as suas atribuições, o que certamente depende de adequado descanso no intervalo entre o final de uma jornada de trabalho e o início da outra, o que é impossível em condições de sobrecarga de trabalho. Tal entendimento está em consonância com um dos princípios básicos que regem a atuação administrativa, qual seja, o princípio da

- (A) publicidade.
- (B) motivação.
- (C) eficiência.
- (D) moralidade.
- (E) impessoalidade.

4.(FCC - TÉCNICO JUDICIÁRIO (TRT 21ª REGIÃO)/ ADMINISTRATIVA/"SEM ESPECIALIDADE"/2017)

É princípio orientador das atividades desenvolvidas pela Administração pública, seja por intermédio da Administração direta, seja pela Administração indireta, sob pena de irresignação judicial, a

- (A) impessoalidade, tanto na admissão de pessoal, sujeita à exigência de prévio concurso público de provas ou de provas e títulos para preenchimento de cargos, empregos públicos, quanto na prestação dos serviços em geral pela Administração pública, vedado qualquer direcionamento.
- (B) legalidade, que impede que a Administração pública se submeta a atos normativos infralegais.
- (C) moralidade, desde que associada a outros princípios e regras previstos em nosso ordenamento jurídico.
- (D) eficiência, que impede a contratação direta de serviços pela Administração pública, garantindo a plena competição entre os interessados e sempre o menor preço para o erário público.

(E) publicidade, que exige a publicação em Diário Oficial da íntegra dos atos e contratos firmados pela Administração, além da motivação de todos os atos administrativos unilaterais.

5.(FCC - TÉCNICO JUDICIÁRIO (TRT 23ª REGIÃO)/ADMINISTRATIVA/2016)

O Supremo Tribunal Federal, em importante julgamento, considerou legítima a publicação, inclusive em sítio eletrônico mantido pela Administração pública, dos nomes dos seus servidores e do valor dos correspondentes vencimentos e vantagens pecuniárias, não havendo qualquer ofensa à Constituição Federal, bem como à privacidade, intimidade e segurança dos servidores. Pelo contrário, trata-se de observância a um dos princípios básicos que regem a atuação administrativa, qual seja, o princípio específico da

- (A) proporcionalidade.
- (B) eficiência.
- (C) presunção de legitimidade.
- (D) discricionariedade.
- (E) publicidade.

6.(FCC - ANALISTA JUDICIÁRIO (TRT 23ª REGIÃO)/ADMINISTRATIVA/"SEM ESPECIALIDADE"/2016)

Manoela foi irregularmente investida no cargo público de Analista do Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região, tendo, nessa qualidade, praticado inúmeros atos administrativos. O Tribunal, ao constatar o ocorrido, reconheceu a validade dos atos praticados, sob o fundamento de que os atos pertencem ao órgão e não ao agente público. Trata-se de aplicação específica do princípio da

- (A) impessoalidade.
- (B) eficiência.
- (C) motivação.
- (D) publicidade.
- (E) presunção de veracidade.

7.(FCC - JUIZ DO TRABALHO (TRT 1ª REGIÃO)/2016)

São princípios previstos na Constituição Federal e que devem ser obedecidos pela Administração Pública Direta e Indireta de qualquer dos poderes da União, Estados, Distrito Federal e Municípios:

- I. Pessoaalidade
- II. Legalidade
- III. Formalidade
- IV. Eficiência

Está correto o que consta em

- (A) II e IV, apenas.
- (B) I, II, III e IV.
- (C) I e IV, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I e III, apenas.

8.(FCC - ANALISTA JUDICIÁRIO (TRT 20ª REGIÃO)/ADMINISTRATIVA/"SEM ESPECIALIDADE"/2016)

Em importante julgamento proferido pelo Supremo Tribunal Federal, considerou a Suprema Corte, em síntese, que no julgamento de impeachment do Presidente da República, todas as votações devem ser abertas, de modo a permitir maior transparência, controle dos representantes e legitimação do processo. Trata-se, especificamente, de observância ao princípio da

- (A) publicidade.
- (B) proporcionalidade restrita.
- (C) supremacia do interesse privado.
- (D) presunção de legitimidade.
- (E) motivação.

9.(FCC - JUIZ DO TRABALHO (TRT 6ª REGIÃO)/2015)

Acerca dos princípios informativos da Administração pública, considere:

I. O princípio da publicidade aplica-se também às entidades integrantes da Administração indireta, exceto àquelas submetidas ao regime jurídico de direito privado e que atuam em regime de competição no mercado.

II. O princípio da moralidade é considerado um princípio prevalente e a ele se subordinam os demais princípios reitores da Administração.

III. O princípio da eficiência, que passou a ser explicitamente citado pela Carta Magna a partir da Emenda Constitucional nº 19/1998, aplica-se a todas as entidades integrantes da Administração direta e indireta.

Está correto o que consta APENAS em

- (A) III.
- (B) I e II.
- (C) II e III.
- (D) I.
- (E) II.

ORÇAMENTO PÚBLICO

ORÇAMENTO PÚBLICO

1. FCC - ANALISTA JUDICIÁRIO (TRT 6ª REGIÃO)/ ADMINISTRATIVA/2018

Os princípios orçamentários, extraídos da Constituição Federal e da legislação infraconstitucional que disciplina a matéria, contemplam, entre outros, o

(A) da universalidade, de acordo com o qual o orçamento deve compreender obrigatoriamente as despesas e receitas relativas a todos os Poderes, órgãos, fundos, tanto da administração direta quanto da indireta, excluídas apenas as entidades que não recebam subvenções ou transferências à conta do orçamento.

(B) da não afetação, de acordo com o qual o orçamento não pode consignar destinação de tributos, incluídas taxas, a fundos de despesa, vedando também a vinculação de produto de imposto a garantias perante a União.

(C) do equilíbrio, que proíbe a aprovação de orçamento com previsão de déficit, salvo em comprovada situação de constrição econômica, condicionada a realizações de operações de antecipação de receita orçamentária;

(D) da exclusividade, que proíbe a inclusão no orçamento de matéria estranha à previsão de receita e fixação de despesas para o exercício, determinando, assim, que as operações de crédito e receitas extraordinárias estejam previstas em peça autônoma.

(E) da discriminação, que determina a alocação das receitas orçamentárias às despesas correspondentes, mediante empenho previsto na peça orçamentária, realizado de acordo com a categoria funcional correspondente.

2. FCC - TÉCNICO JUDICIÁRIO (TRT 6ª REGIÃO)/ ADMINISTRATIVA/»SEM ESPECIALIDADE»/2018

Um dos princípios orçamentários consagrados na Constituição Federal é o da não afetação de receitas de impostos. Constitui exemplo de violação ao referido princípio:

(A) oferecimento, por determinado Estado, de produto de IPVA para garantia à União de empréstimo concedido.

(B) criação de taxa dirigida ao custeio de determinada atividade administrativa (poder de polícia).

(C) criação de fundo de despesa com vinculação de receitas provenientes da cobrança de tarifa por serviços prestados aos usuários.

(D) fixação em lei que institui programa habitacional de destinação de percentual de ICMS para consecução de seus objetivos.

(E) destinação de produto de imposto estadual a Fundo de Participação dos Municípios.

3. FCC - ANALISTA JUDICIÁRIO (TRT 2ª REGIÃO)/ ADMINISTRATIVA/»SEM ESPECIALIDADE»/2018

Suponha que o chefe do Poder Executivo de um Estado brasileiro incluiu no Projeto de Lei Orçamentária Anual um dispositivo que determina a forma de utilização da Reserva de Contingência para o atendimento dos passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos. Entretanto, a inclusão de tal dispositivo na Lei Orçamentária Anual

(A) não deve ser aprovada porque fere o princípio orçamentário da exclusividade.

(B) não deve ser aprovada porque deve constar na Lei do Plano Plurianual.

(C) deve ser aprovada para atender o princípio orçamentário do orçamento bruto.

(D) deve ser aprovada e o montante da Reserva de Contingência deve ser autorizado pelo Poder Judiciário.

(E) deve ser aprovada, desde que o texto seja exatamente igual ao que consta na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

4. FCC - ANALISTA JUDICIÁRIO (TRT 15ª REGIÃO)/ ADMINISTRATIVA/»SEM ESPECIALIDADE»/2018

Um servidor investido em cargo da área de orçamento deverá observar os vários princípios norteadores do orçamento público, pelos quais fica estabelecido que

(A) todos os órgãos e entidades do ente governamental, em obediência ao princípio da universalidade, deverão estar compreendidos, junto com os Poderes desse mesmo ente, em uma só lei de orçamento anual.

(B) a Lei Orçamentária Anual (LOA) deverá conter a previsão de todas as receitas e de todas as despesas, em obediência ao princípio do orçamento bruto.

(C) a previsão de deduções legais é necessária na Lei Orçamentária Anual (LOA) apenas nos casos de exceção legal ao princípio da exclusividade.

(D) o princípio da exclusividade não exclui a possibilidade de a Lei Orçamentária Anual (LOA) conter autorização para contratação de operação de crédito.

(E) o princípio da não vinculação determina que as receitas de impostos constem da Lei Orçamentária Anual (LOA) pelos seus totais.

5. FCC - TÉCNICO JUDICIÁRIO (TRT 15ª REGIÃO)/ ADMINISTRATIVA/»SEM ESPECIALIDADE»/2018

Todo o processo do orçamento público está orientado por princípios sobre os quais é correto afirmar que:

(A) As deduções devem ser consideradas apenas para o balanceamento das transferências intragovernamentais por força do princípio do orçamento bruto.

(B) A proibição à realização de despesas que excedam os créditos orçamentários ou adicionais decorre do princípio da legalidade.

(C) Segundo o princípio da discriminação, a lei de orçamento não consignará dotações globais destinadas a atender indiferentemente a despesas de pessoal, material, programas especiais de trabalho que não possam cumprir-se subordinadamente às normas gerais de execução de despesa, serviços de terceiros e transferências.

(D) Pelo princípio da exclusividade, a lei de orçamento anual não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, excetuando-se, porém, a autorização para abertura de créditos suplementares e especiais.

(E) Deverá existir um único orçamento para o ente da Federação por força do princípio da universalidade.

6. FCC - ANALISTA JUDICIÁRIO (TRT 2ª REGIÃO)/ ADMINISTRATIVA/CONTABILIDADE/2018 (E MAIS 16 CONCURSOS)

Em atendimento ao princípio orçamentário

(A) da totalidade, uma autarquia estadual possui uma Lei Orçamentária Anual distinta daquela do ente estadual a que pertence.

(B) da universalidade, a Lei Orçamentária Anual de um ente estadual deve conter todas as receitas e despesas de uma fundação instituída e mantida por ele.

(C) da exclusividade, a Lei Orçamentária Anual pode conter dispositivo sobre a criação de despesa obrigatória de caráter continuado.

(D) da competência, a Lei Orçamentária Anual apresenta a previsão das receitas orçamentárias que serão arrecadadas durante o exercício financeiro a que se refere.

(E) do orçamento bruto, a Lei Orçamentária Anual deve apresentar as despesas com uma obra pelo valor total de sua execução, mesmo que ocorra em três exercícios financeiros.

7. FCC - ANALISTA JUDICIÁRIO (TRT 2ª REGIÃO)/ ADMINISTRATIVA/»SEM ESPECIALIDADE»/2018

Considere hipoteticamente que um Deputado Estadual propôs uma emenda ao Projeto de Lei Orçamentária Anual, cuja finalidade é a construção de um estádio poliesportivo em um dos municípios que compõem a sua base eleitoral. A execução da obra terá duração superior a um exercício financeiro. De acordo com a Constituição Federal de 1988, a emenda poderá ser aprovada caso

(A) os recursos necessários para a consecução da obra sejam provenientes da elevação de alíquotas de tributos.

(B) os recursos necessários para a consecução da obra sejam provenientes da anulação de despesa com pessoal e encargos sociais.

(C) a execução da obra seja compatível com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

(D) os recursos necessários para a consecução da obra sejam provenientes da anulação de despesa com serviço da dívida.

(E) a execução da obra seja compatível com o Plano Plurianual e com os Créditos Adicionais abertos no exercício anterior a que se refere o Projeto de Lei Orçamentária Anual.

8. FCC - TÉCNICO JUDICIÁRIO (TRT 15ª REGIÃO)/ ADMINISTRATIVA/»SEM ESPECIALIDADE»/2018

A Constituição Federal traz vários dispositivos que regulam o processo orçamentário da Administração, dentre os quais consta que

(A) a assunção de obrigações que exceda o crédito orçamentário correspondente deverá ser objeto de crédito adicional extraordinário aberto até o encerramento do exercício.

(B) não é necessária a prévia autorização legislativa na transposição de recursos de uma categoria de programação para outra no âmbito de ciência, tecnologia e inovação, com o objetivo de viabilizar os resultados de projetos restritos a essas funções.

GESTÃO DE PESSOAS

GESTÃO DE PESSOAS

1. FCC - ANALISTA JUDICIÁRIO (TRT 6ª REGIÃO)/ADMINISTRATIVA/2018

Os conceitos modernos de planejamento de RH predicam que tal atividade não deve ocorrer de forma estanque, mas sim alinhada com o planejamento estratégico da organização, levando em conta, também, indicadores próprios de gestão de pessoas, como rotatividade e absenteísmo, este último correspondente

- (A) à soma dos períodos em que os empregados estejam ausentes do trabalho.
- (B) à média de desligamentos e admissões de empregados verificada pela organização em determinado período.
- (C) exclusivamente às faltas injustificadas dos empregados, passíveis de ensejar desligamentos.
- (D) tanto às ausências formais do empregado, como aos períodos em que esteve frequente porém sem apresentar resultado efetivo.
- (E) à postura de determinados empregados consistente na ausência de comprometimento com as metas e objetivos da empresa, que pode ensejar a decisão de desligamento.

2. FCC - ANALISTA JUDICIÁRIO (TRT 2ª REGIÃO)/ADMINISTRATIVA/»SEM ESPECIALIDADE»/2018

As tarefas de Gestão de Pessoas mudaram com o tempo. Hoje, elas são desempenhadas nas organizações por dois grupos de executivos: de um lado os gerentes de linha que estão envolvidos diretamente nas atividades de gestão de pessoas por serem responsáveis pela utilização eficaz de seus subordinados e, de outro, os especialistas em gestão de pessoas que atuam como

- (A) consultores internos.
- (B) assessores de linha.
- (C) analistas técnicos.
- (D) agentes de controle de qualidade.
- (E) fiscais da conduta de liderança.

3. FCC - ANALISTA JUDICIÁRIO (TRT 2ª REGIÃO)/ADMINISTRATIVA/»SEM ESPECIALIDADE»/2018

A Gestão Estratégica de Pessoas tem a capacidade de

- (A) conciliar interesses de mercado com interesses pessoais.
- (B) administrar os serviços de pessoal.
- (C) aumentar a vantagem competitiva organizacional.
- (D) gerir a produtividade da empresa.
- (E) definir processos de administração de pessoal.

4. FCC - ANALISTA JUDICIÁRIO (TRT 2ª REGIÃO)/ADMINISTRATIVA/»SEM ESPECIALIDADE»/2018

A perspectiva contingencial na Gestão Estratégica de Pessoas advoga que as estratégias de gestão de pessoas serão mais efetivas quando estiverem devidamente integradas

- (A) ao contexto ambiental e às estratégias organizacionais.
- (B) à outras práticas efetivas.
- (C) a indicadores de desempenho organizacional com foco na produtividade.
- (D) às melhores práticas de produção.
- (E) às políticas e regras mercadológicas

5. FCC - TÉCNICO JUDICIÁRIO (TRT 15ª REGIÃO)/ADMINISTRATIVA/»SEM ESPECIALIDADE»/2018

No que concerne aos conceitos de análise de cargos, recrutamento e seleção no âmbito das organizações, tem-se que:

I. A seleção constitui uma etapa prévia ao recrutamento, por meio da qual são identificados os melhores candidatos para o cargo disponível.

II. O recrutamento é um procedimento externo à organização, normalmente utilizado para novas contratações, enquanto a seleção é interna, voltada a promoções dos que já integram a organização.

III. A análise é feita a partir da descrição do cargo, procurando determinar os requisitos físicos e mentais que seu ocupante deve possuir.

Está correto o que consta **APENAS** de

- (A) II.
- (B) I e III.
- (C) I e II.
- (D) III.
- (E) I.

DIREITO TRIBUTÁRIO

DIREITO TRIBUTÁRIO

1.(FCC - ANALISTA JUDICIÁRIO (TRT 20ª REGIÃO)/ ADMINISTRATIVA/CONTABILIDADE/2016)

De acordo com o Código Tributário Nacional, a exação cuja obrigação tem por fato gerador uma situação independente de qualquer atividade estatal específica, relativa ao contribuinte, denomina-se

- (A) empréstimo compulsório, quando sua ocorrência for eventual.
- (B) imposto, tanto quando a competência for da União, como quando for dos Estados ou dos Municípios.
- (C) expectativa de benefício, decorrente de pagamento de contribuição social.
- (D) taxa, pelo uso potencial de serviço público específico e divisível.
- (E) preço público, por serviço a ser prestado em exercício futuro.

2.(FCC - TÉCNICO JUDICIÁRIO (TRT 3ª REGIÃO)/ APOIO ESPECIALIZADO/CONTABILIDADE/2015)

As custas processuais devidas ao Poder Judiciário quando do processamento de ações e recursos judiciais têm natureza jurídica de

- (A) tarifa.
- (B) taxa pela prestação efetiva de serviço público específico e divisível efetivamente prestado ao contribuinte.
- (C) taxa pela prestação efetiva ou compulsória de serviço público indivisível colocado à disposição do contribuinte.
- (D) taxa pelo exercício regular do poder de polícia.
- (E) contribuição especial de interesse de categoria profissional ou econômica.

3.(FCC - ANALISTA JUDICIÁRIO (TRT 3ª REGIÃO)/ ADMINISTRATIVA/CONTABILIDADE/2015)

A Constituição Federal traz como regra-matriz de incidência a importação ou comercialização de petróleo e seus derivados, gás natural e seus derivados e álcool combustível e que pode ter alíquota diferenciada por produto ou uso; reduzida e restabelecida por ato do Poder Executivo, além de receitas destinadas, dentre outros, “ao financiamento de programas de infraestrutura de transportes. Essa assertiva se refere

- (A) a uma contribuição de intervenção no domínio econômico, de competência exclusiva da União.
- (B) ao imposto de importação incidente sobre combustíveis.
- (C) ao imposto sobre circulação de mercadorias, quando tem por objeto combustíveis, ainda que provenientes do exterior.
- (D) aos impostos de importação e de circulação de mercadorias, respectivamente, ambos de competência da União.
- (E) à COFINS incidente sobre as operações com combustível, que é uma contribuição de interesse de categorias profissionais ou econômicas.

4.(FCC - ANALISTA JUDICIÁRIO (TRT 20ª REGIÃO)/ ADMINISTRATIVA/CONTABILIDADE/2016)

É da União a competência para instituir o Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza. De acordo com as regras que disciplinam as limitações do poder de tributar, insculpidas na Constituição Federal, a exigência, aumento e cobrança deste imposto estão sujeitos à observância de vários princípios, dentre os quais se encontram os da

- (A) anterioridade, legalidade e irretroatividade.
- (B) anterioridade nonagesimal (noventa), legalidade e rentabilidade tributável.
- (C) legalidade, rentabilidade tributável e alcance tributável.
- (D) anterioridade, anterioridade nonagesimal (noventa) e irretroatividade.
- (E) alcance tributável, anterioridade nonagesimal (noventa) e irretroatividade.

5.(FCC - ANALISTA JUDICIÁRIO (TRT 3ª REGIÃO)/ ADMINISTRATIVA/CONTABILIDADE/2015)

Pode ter alíquotas majoradas por ato do Poder Executivo e, ao mesmo tempo, se submete à anterioridade nonagesimal, mas não se submete à regra da anterioridade anual é

- (A) o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza.
- (B) o Imposto Sobre Produtos Industrializados.
- (C) a contribuição social para a Seguridade Social.
- (D) a taxa.
- (E) o Imposto Sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza.

6.(FCC - ANALISTA JUDICIÁRIO (TRT 15ª REGIÃO)/ ADMINISTRATIVA/CONTABILIDADE/2013)

A união NÃO pode instituir tributos que

- (A) deem isenções a tributos da competência dos Estados.
- (B) incidam sobre importação de produtos estrangeiros.
- (C) incorram sobre a propriedade territorial rural.
- (D) recaiam sobre operações de crédito, câmbio e seguro.
- (E) fixem alíquotas diferenciadas para desestimular propriedades improdutivas.

7.(FCC - ANALISTA JUDICIÁRIO (TRT 24ª REGIÃO)/ ADMINISTRATIVA/CONTABILIDADE/2017)

O Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região, órgão da Administração Pública Federal direta, precisando renovar a frota de veículos automotores de sua propriedade, procedeu à análise do custo anual de manutenção desta frota, composta por cinco veículos, todos eles com seis anos de uso. O resultado desse estudo seria o parâmetro para a renovação da frota.

Em razão disso, foram elaborados os devidos estudos dos custos dos diversos itens relacionados com a frota, tais como os de manutenção mecânica, de limpeza, de estacionamento, de consumo de combustíveis e lubrificantes e, inclusive, os de natureza tributária.

No tocante especificamente aos custos anuais de natureza tributária, o mencionado estudo, para ser considerado correto à luz das normas constitucionais, deveria ter concluído que o referido Tribunal

- (A) não incorrerá em despesas tributárias relativamente ao Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores – IPVA, pois é vedado aos Estados instituir impostos sobre o patrimônio da União, mas poderá incorrer nessas despesas relativamente às taxas, tais como a taxa de licenciamento de veículos, pois não é vedada constitucionalmente sua instituição.
- (B) não incorrerá em despesas tributárias, pois é vedado aos Estados instituir tributos estaduais sobre o patrimônio, renda ou serviço da União.
- (C) incorrerá em despesas tributárias, pois é vedado aos Estados, mas não à própria União, neste caso, instituir tributos estaduais sobre o seu próprio patrimônio, atendendo ao princípio do tratamento isonômico entre contribuintes.
- (D) não incorrerá em despesas tributárias relativamente às taxas, tais como a taxa de licenciamento de veículos, pois é vedado aos Estados instituir taxas sobre o patrimônio da União, mas incorrerá nessas despesas relativamente ao IPVA, pois não é vedada a instituição de impostos sobre o patrimônio da União, desde que haja previsão legal nesse sentido.
- (E) poderá incorrer em despesas tributárias, pois o IPVA e a taxa de licenciamento de veículos podem ser instituídos, no presente caso, sobre o patrimônio da União, porque são tributos de competência estadual.

8.(FCC - ANALISTA JUDICIÁRIO (TRT 16ª REGIÃO)/ JUDICIÁRIA/"SEM ESPECIALIDADE"/2014)

Facundo, Auditor Fiscal da Receita Federal, pretende multar a Fundação “Vida e Paz”, fundação instituída e mantida pelo Poder Público, haja vista que a mesma jamais pagou imposto sobre seu patrimônio, renda e serviços. Nesse caso,

- (A) Facundo apenas pode cobrar tributo pelos serviços exercidos pela fundação, mas não sobre a renda e o patrimônio, os quais detém imunidade tributária.
- (B) correta a postura de Facundo, vez que a citada fundação não detém imunidade tributária.
- (C) correta a postura de Facundo, pois apenas as autarquias possuem imunidade tributária.
- (D) incorreta a postura de Facundo, vez que a fundação possui imunidade tributária relativa aos impostos sobre seu patrimônio, renda e serviços, vinculados a suas finalidades essenciais ou as delas decorrentes.
- (E) Facundo apenas pode cobrar tributo sobre a renda da fundação, mas não sobre seus serviços e patrimônio, os quais detém imunidade tributária.

DIREITO DO TRABALHO

DIREITO DO TRABALHO

1. FCC - ANALISTA JUDICIÁRIO (TRT 6ª REGIÃO)/JUDICIÁRIA/»SEM ESPECIALIDADE»/2018

Invocando a regra da condição mais benéfica ao empregado, que se insere no princípio da proteção peculiar ao Direito do Trabalho, é correto afirmar:

- (A) Havendo conflito entre duas normas jurídicas, prevalece a mais favorável ao empregado.
- (B) Havendo dúvida quanto ao alcance da norma tutelar, julga-se a favor do empregado.
- (C) As normas legais não prevalecem diante de normas instituídas por convenção ou acordo coletivo, por terem estas destinação mais específica.
- (D) A supressão de direitos trabalhistas instituídos por regulamento de empresa só alcança os empregados admitidos posteriormente.
- (E) As condições estabelecidas em convenção coletiva de trabalho, quando mais favoráveis, prevalecem sobre as estipuladas em acordo.

2. FCC - ANALISTA JUDICIÁRIO (TRT 2ª REGIÃO)/ADMINISTRATIVA/CONTABILIDADE/2018 (E MAIS 16 CONCURSOS)

De acordo com a Constituição Federal de 1988, são direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:

- (A) garantia de salário, nunca inferior ao mínimo, apenas para os que percebem remuneração fixa.
- (B) seguro contra acidentes de trabalho, a cargo do empregador, sem excluir a indenização a que este está obrigado, independentemente de incorrer em dolo ou culpa.
- (C) igualdade de direitos entre o trabalhador com vínculo empregatício permanente e o trabalhador autônomo.
- (D) assistência gratuita aos filhos desde o nascimento até 6 anos de idade em creches e pré-escolas.
- (E) proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos.

3. FCC - TÉCNICO JUDICIÁRIO (TRT 6ª REGIÃO)/ADMINISTRATIVA/»SEM ESPECIALIDADE»/2018

O artigo 8º da Consolidação das Leis do Trabalho elenca algumas fontes subsidiárias ou supletivas do Direito do trabalho, NÃO se incluindo

- (A) direito comparado.
- (B) jurisprudência.
- (C) analogia.
- (D) usos e costumes.
- (E) convenção coletiva de trabalho.

4. FCC - ANALISTA JUDICIÁRIO (TRT 2ª REGIÃO)/JUDICIÁRIA/»SEM ESPECIALIDADE»/2018

Acerca das fontes do Direito do Trabalho, considere:

I. As autoridades administrativas e a Justiça do Trabalho, na falta de disposições legais ou contratuais, decidirão, conforme o caso, apenas pela jurisprudência, por analogia, por equidade, pelo direito comparado e outros princípios e normas gerais de direito, admitindo-se, excepcionalmente, que um interesse de classe ou particular prevaleça sobre o interesse público.

II. Súmulas e outros enunciados de jurisprudência editados pelo Tribunal Superior do Trabalho e pelos Tribunais Regionais do Trabalho não poderão restringir direitos legalmente previstos nem criar obrigações que não estejam previstas em lei.

III. No exame de convenção coletiva ou acordo coletivo de trabalho, a Justiça do Trabalho, além de analisar a conformidade dos elementos essenciais do negócio jurídico (agente capaz, objeto lícito, possível, determinado ou determinável e forma prescrita ou não defesa em lei), poderá anular cláusulas coletivas com base em juízos de valor sobre o pactuado, balizando sua atuação pelo princípio da intervenção adequada na autonomia da vontade coletiva.

Está correto o que se afirma **APENAS** em

- (A) I.
- (B) II.
- (C) II e III.
- (D) I e III.
- (E) I e II.

5. FCC - TÉCNICO JUDICIÁRIO (TRT 15ª REGIÃO)/ ADMINISTRATIVA/»SEM ESPECIALIDADE»/2018

No Direito do Trabalho, as sentenças normativas da Justiça do Trabalho, os costumes e a Convenção Coletiva de Trabalho são classificados, respectivamente, como fontes:

- (A) formal autônoma, material heterônima e formal autônoma.
- (B) material autônoma, formal heterônima e formal autônoma.
- (C) formal autônoma, material heterônima e material heterônima.
- (D) material heterônima, formal autônoma e material heterônima.
- (E) formal heterônima, formal autônoma e formal autônoma.

6. FCC - Analista Judiciário (TRT 6ª Região)/Judiciária/»Sem Especialidade»/2018

Visando apurar desvios que estão ocorrendo no setor de compras da empresa, o Gerente responsável contrata empresa de auditoria e a autoriza a utilizar um polígrafo (detector de mentiras) para apurar quais empregados estavam prestando informações erradas à investigação. A situação concreta apontada

- (A) inclui-se no poder de direção do empregador, mais especificamente no poder de controle, sendo autorizada pelo ordenamento jurídico, desde que não exponha os empregados a situação vexatória.
- (B) inclui-se no poder de direção do empregador, mais especificamente no poder disciplinar, sendo autorizada pelo ordenamento jurídico de forma ampla.
- (C) inclui-se no poder de direção do empregador, mais especificamente no poder de organização, mas somente terá validade se os questionamentos realizados por meio do polígrafo restringirem-se a questões de trabalho, não abrangendo questionamentos sobre a vida privada dos empregados.
- (D) viola a intimidade e a vida privada dos empregados, tendo em vista que a utilização do polígrafo está sendo feita por terceiro, alheio à relação de emprego, a quem não é atribuído o poder de direção, que é inerente à figura do empregador.
- (E) viola a intimidade e a vida privada dos empregados, causando danos à sua honra e à sua imagem, uma vez que a utilização do polígrafo extrapola o exercício do poder diretivo do empregador, por não ser reconhecido pelo ordenamento jurídico brasileiro como forma de controle de empregados.

7. FCC - TÉCNICO JUDICIÁRIO (TRT 6ª REGIÃO)/ ADMINISTRATIVA/»SEM ESPECIALIDADE»/2018

O requisito essencial previsto em lei para caracterizar uma relação como sendo de emprego e que não precisa se verificar em qualquer relação de trabalho é a

- (A) exclusividade.
- (B) ausência de onerosidade.
- (C) subordinação jurídica.
- (D) boa-fé contratual objetiva.
- (E) autonomia privada coletiva.

8. FCC - ANALISTA JUDICIÁRIO (TRT 2ª REGIÃO)/ JUDICIÁRIA/»SEM ESPECIALIDADE»/2018

Acerca do teletrabalho, de acordo com a legislação vigente,

- (A) somente dependerão de previsão em contrato escrito as disposições relativas ao reembolso de despesas arcadas pelo empregado, podendo aquelas que dizem respeito à responsabilidade pela aquisição, manutenção ou fornecimento dos equipamentos tecnológicos e da infraestrutura necessária e adequada à prestação do trabalho remoto ser negociadas por qualquer meio, inclusive verbalmente.
- (B) considera-se teletrabalho a prestação de serviços realizada integralmente fora das dependências do empregador, com a utilização de tecnologias de informação e de comunicação, ainda que possa, por sua natureza, ser considerada como trabalho externo.
- (C) o comparecimento às dependências do empregador para a realização de atividades específicas que exijam a presença do empregado no estabelecimento descaracteriza por completo o regime de teletrabalho.
- (D) a prestação de serviços na modalidade de teletrabalho deverá constar expressamente do contrato individual de trabalho, que especificará as atividades que serão realizadas pelo empregado.
- (E) o empregador, a seu exclusivo critério, poderá instruir os empregados, de maneira expressa, tácita, por escrito ou verbalmente, quanto às precauções a tomar a fim de evitar doenças e acidentes de trabalho.

9. FCC - ANALISTA JUDICIÁRIO (TRT 15ª REGIÃO)/ JUDICIÁRIA/OFICIAL DE JUSTIÇA AVALIADOR FEDERAL/2018

Gerson foi contratado em 19/02/2018 pela empresa Oba Oba Festas e Eventos Ltda., na modalidade de trabalho intermitente. Por se tratar de forma nova de contratação, Gerson tem dúvidas em relação às consequências caso recuse a oferta de trabalho pelo empregador. Considerando o que prevê a Lei nº 13.467/2017, a

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO

1. (FCC - 2016 - TRT - 23ª REGIÃO (MT) - ANALISTA JUDICIÁRIO - OFICIAL DE JUSTIÇA AVALIADOR FEDERAL) A Consolidação das Leis do Trabalho apresenta um rol dos recursos admitidos no Processo Judiciário do Trabalho, dentre os quais estão incluídos

(A) embargos no Tribunal Superior do Trabalho de decisão não unânime de julgamento que homologar conciliação em dissídios coletivos que excedam a competência territorial dos Tribunais Regionais do Trabalho.

(B) agravos de instrumentos retidos para decisões interlocutórias que possam gerar nulidade processual.

(C) embargos infringentes para turma recursal de primeira instância nas ações que tramitam pelo rito sumário.

(D) apelações contra acórdão do Tribunal Regional onde não houve unanimidade na Turma.

(E) recursos especiais para o Superior Tribunal de Justiça em caso de ofensa literal à Constituição Federal.

2. (FCC - 2016 - TRT - 23ª REGIÃO (MT) - ANALISTA JUDICIÁRIO - OFICIAL DE JUSTIÇA AVALIADOR FEDERAL) Conforme normas contidas na Consolidação das Leis do Trabalho quanto à sentença, coisa julgada e liquidação,

(A) no caso de conciliação, o termo que for lavrado valerá como decisão irrecorrível para partes e terceiros, visto que reproduz a livre vontade dos litigantes, com a chancela do Estado-Juiz.

(B) as partes serão intimadas da sentença proferida em reclamação trabalhista que tramita pelo rito sumaríssimo na própria audiência em que prolatada, como regra.

(C) não há previsão para liquidação da sentença trabalhista por arbitramento, mas apenas por cálculos ou por artigos.

(D) na liquidação da sentença, excepcionalmente, poder-se-á discutir matéria pertinente à causa principal, inovando a sentença liquidanda, quando houve omissão no julgado em relação a um dos pedidos principais.

(E) elaborada a conta e tornada líquida, o juiz deverá abrir prazo comum de, no máximo, 5 dias para que as partes se manifestem, não havendo preclusão, pois a matéria relativa aos itens e valores poderá ser rediscutida em sede de embargos à execução.

3. (FCC - 2016 - TRT - 23ª REGIÃO (MT) - ANALISTA JUDICIÁRIO - OFICIAL DE JUSTIÇA AVALIADOR FEDERAL) Segundo as normas processuais trabalhistas sobre o procedimento sumaríssimo,

(A) todas as provas serão produzidas na audiência de instrução e julgamento, desde que requeridas previamente, no prazo de 48 horas que antecede a sessão.

(B) tanto a citação por hora certa como a por edital deverão conter a correta indicação do nome e endereço do reclamado.

(C) os dissídios individuais e coletivos que não excedam sessenta vezes o salário mínimo vigente na data do fato gerador do pedido ficam submetidos ao procedimento sumaríssimo.

(D) as testemunhas, até o máximo de duas para cada parte, comparecerão à audiência de instrução e julgamento independentemente de intimação.

(E) se uma das partes apresentar documentos em audiência a parte contrária terá o prazo sumário de 24 horas para se manifestar, devendo, necessariamente, ser adiada a audiência para o prazo máximo de 5 dias.

4. (FCC - 2016 - TRT - 23ª REGIÃO (MT) - ANALISTA JUDICIÁRIO - OFICIAL DE JUSTIÇA AVALIADOR FEDERAL) No início da audiência designada em reclamação trabalhista, por não ter convidado nenhuma testemunha e prevendo o seu insucesso, o autor Hércules provocou um incidente tumultuário ameaçando o Juiz auxiliar da Vara de Lucas do Rio Verde e declarando, em público, que era inimigo pessoal do magistrado. Em razão do ocorrido, o patrono do autor apresentou no ato exceção de suspeição do referido Juiz, postulando o adiamento da audiência, para que não fosse configurada nulidade processual. Nessa situação, conforme disposição legal, o magistrado deve

(A) rejeitar a exceção, visto que a exceção de suspeição e a nulidade não serão pronunciadas quando o recusante da suspeição tenha procurado de propósito o motivo de que ela se originou e a nulidade for arguida por quem lhe der causa.

(B) acolher a exceção e se declarar suspeito apenas para o julgamento, prosseguindo a audiência, colhendo o depoimento das partes e a oitiva das testemunhas presentes da reclamada e remetendo o julgamento para o Juiz titular da Vara.

(C) adiar a audiência acolhendo a suspeição, mesmo que o recusante da suspeição tenha procurado de propósito o motivo de que ela se originou e a alegada nulidade tenha sido arguida por quem lhe deu causa.

(D) prosseguir a audiência por não haver previsão legal tanto para a alegada exceção de suspeição do Juiz, bem como quanto à arguição por quem deu causa da nulidade.

(E) adiar a audiência para que haja instrução da suspeição designando nova audiência em 05 dias para que o Juiz Titular da Vara aprecie a admissibilidade da exceção e, após, remeta ao Tribunal para julgá-la.

5. (FCC - 2016 - TRT - 23ª REGIÃO (MT) - ANALISTA JUDICIÁRIO - OFICIAL DE JUSTIÇA AVALIADOR FEDERAL) Agatha, empregada doméstica, ingressou com reclamação trabalhista em face da sua empregadora Isis, de forma verbal sem a assistência de advogado, postulando o pagamento de férias com 1/3. O pedido foi julgado procedente e a reclamada sucumbente interpôs recurso ordinário. A autora foi intimada para apresentar contrarrazões. No caso, conforme previsão legal e entendimento sumulado do TST,

(A) a autora não pode exercer o jus postulandi para contrarrazoar perante o Tribunal Regional.

(B) nenhuma das partes pode utilizar o jus postulandi em fase recursal.

(C) ambas podem exercer o jus postulandi para recorrer e contrarrazoar o recurso ordinário perante o Tribunal Regional.

(D) apenas por se tratar de reclamação de empregado doméstico as partes podem exercer o jus postulandi em todas as fases e instâncias do processo.

(E) por se tratar de condenação de pessoa física, a reclamada pode exercer o jus postulandi para o recurso ordinário, o mesmo não ocorrendo à autora que foi vencedora.

6. (FCC - 2016 - TRT - 23ª REGIÃO (MT) - ANALISTA JUDICIÁRIO - OFICIAL DE JUSTIÇA AVALIADOR FEDERAL) A sociedade de economia mista DIEPAX Medicamentos foi condenada ao pagamento de horas extraordinárias em processo movido por seu empregado. Na mesma decisão, foi acolhido o pedido de responsabilidade subsidiária do segundo reclamado, o Município de Cuiabá e condenação em custas processuais. A isenção das custas processuais abrange

(A) apenas a sociedade de economia mista.

(B) apenas o Município.

(C) nenhuma das reclamadas.

(D) as duas reclamadas.

(E) apenas o réu principal em caso de condenação subsidiária, devendo o Município efetuar o recolhimento.

7. (FCC - 2016 - TRT - 23ª REGIÃO (MT) - ANALISTA JUDICIÁRIO - OFICIAL DE JUSTIÇA AVALIADOR FEDERAL) A Constituição Federal do Brasil prevê que o Ministério Público é uma instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado. Sobre a organização do órgão na área trabalhista,

(A) será exercida por membros do Ministério Público Federal e na sua falta pelo Ministério Público Federal, ante a falta de previsão de órgão específico na área trabalhista.

(B) o chefe do Ministério Público do Trabalho é o Procurador Geral da Justiça, sendo eleito e sabatinado pelo Congresso Nacional.

(C) o chefe da Procuradoria Regional do Trabalho será designado dentre os Procuradores Regionais do Trabalho lotados na respectiva Procuradoria Regional.

(D) o Colégio de Procuradores do Trabalho será presidido pelo Corregedor-Geral do Ministério Público do Trabalho, composto pelos Procuradores Regionais do Trabalho.

(E) o Corregedor-Geral do Ministério Público do Trabalho será eleito de forma direta por voto dos Subprocuradores-Gerais do Trabalho e dos Procuradores Regionais do Trabalho.

8. (FCC - 2016 - TRT - 23ª REGIÃO (MT) - ANALISTA JUDICIÁRIO - OFICIAL DE JUSTIÇA AVALIADOR FEDERAL) Os prazos processuais previstos no Processo Judiciário do Trabalho contam-se

(A) a partir do dia imediatamente seguinte à data em que foi feita a notificação.

(B) 48 horas após a data em que foi feita a publicação do edital no jornal oficial.

(C) 10 dias após a data em que foi feita a publicação do edital na sede da Vara ou Tribunal.

(D) 48 horas após a data em que foi recebida a notificação por oficial de justiça.

(E) com a exclusão do dia do começo e inclusão do dia do vencimento.

9. (FCC - 2016 - TRT - 23ª REGIÃO (MT) - ANALISTA JUDICIÁRIO - OFICIAL DE JUSTIÇA AVALIADOR FEDERAL) O advogado da reclamada Fênix Produtora, por ocasião da audiência UNA, apresentou a contestação da ré, bem como reconvenção, por meio da qual pretendeu a devolução de ferramentas de trabalho da empresa que ficaram em posse do empregado após a rescisão contratual. Nessa situação,

DIREITO CIVIL

DIREITO CIVIL

1. (FCC - 2016 - TRT - 23ª REGIÃO (MT) - ANALISTA JUDICIÁRIO - OFICIAL DE JUSTIÇA AVALIADOR FEDERAL) Marcelo praticou crime de roubo contra um supermercado, subtraindo R\$ 10.000,00, dos quais doou R\$ 2.000,00 a seu irmão José. Descoberta a autoria do crime, bem como a ocorrência da doação, o supermercado ajuizou ação de indenização contra Marcelo e contra José, visando à reparação do dano. José

(A) responderá apenas se comprovada culpa, até a quantia de R\$ 2.000,00.

(B) responderá, de maneira objetiva, até a quantia de R\$ 2.000,00.

(C) responderá, de maneira objetiva, até a quantia de R\$ 10.000,00.

(D) não responderá por nenhuma quantia, ainda que proveniente de ilícito.

(E) responderá, apenas se comprovada culpa, até a quantia de R\$ 10.000,00.

2. (FCC - 2016 - TRT - 23ª REGIÃO (MT) - ANALISTA JUDICIÁRIO - OFICIAL DE JUSTIÇA AVALIADOR FEDERAL) Jorge vendeu um imóvel a Plínio. Plínio, por sua vez, vendeu um veículo a Jorge. As partes não convencionaram quem arcaria com as despesas com escritura e registro do imóvel, nem com as da tradição do veículo. Neste caso, de acordo com o Código Civil,

(A) Jorge arcará com as despesas com escritura e registro do imóvel e também com as da tradição do veículo.

(B) Plínio arcará com as despesas com escritura e registro do imóvel e Jorge com as da tradição do veículo.

(C) Plínio arcará com as despesas com escritura e registro do imóvel e também com as da tradição do veículo.

(D) Jorge arcará com as despesas com escritura e registro do imóvel e Plínio com as da tradição do veículo.

(E) Plínio e Jorge arcarão, em parte iguais, com as despesas com escritura e registro do imóvel e com as da tradição do veículo.

3. (FCC - 2016 - TRT - 23ª REGIÃO (MT) - ANALISTA JUDICIÁRIO - OFICIAL DE JUSTIÇA AVALIADOR FEDERAL) Carlos abalroou veículo em ambulância que conduzia Paulo, pessoa relativamente incapaz, causando-lhe lesões corporais. Passados 4 anos, Paulo ajuizou ação de indenização contra Carlos. A pretensão

(A) prescreveu depois de 3 anos, pois corre a prescrição contra o relativamente incapaz, o qual tem ação contra o assistente, se este houver dado causa à prescrição.

(B) não prescreveu, pois prescreve em 5 anos a pretensão à reparação civil.

(C) prescreveu depois de 3 anos, pois corre a prescrição contra o relativamente incapaz, o qual não tem ação contra o assistente, ainda que este tenha dado causa à prescrição.

(D) não prescreveu, pois prescreve em 10 anos a pretensão à reparação civil.

(E) não prescreveu, pois não corre a prescrição contra o relativamente incapaz.

4. (FCC - 2016 - TRT - 23ª REGIÃO (MT) - ANALISTA JUDICIÁRIO - OFICIAL DE JUSTIÇA AVALIADOR FEDERAL) Janete é filha de Gildete, que possui muitos bens. Considerar-se-á, em caso de conflito de leis no tempo, que Janete possui, em relação à futura herança de Gildete, que ainda está viva,

(A) direito sob condição suspensiva, que se equipara a direito adquirido.

(B) mera expectativa de direito.

(C) direito adquirido.

(D) direito sob condição suspensiva, que não se equipara a direito adquirido.

(E) direito a termo, inalterável ao arbítrio de Gildete, que se equipara a direito adquirido.

5. (FCC - 2016 - TRT - 23ª REGIÃO (MT) - ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA JUDICIÁRIA) Rogério comprou um carro de Vitor, a quem foi conferido, expressamente, o direito de fixar o preço, por seu exclusivo arbítrio. Fixado o preço, Rogério externou o desejo de desistir da compra, em razão do alto valor atribuído ao bem. Com isto, Vitor não chegou a entregar o bem. O contrato de compra e venda

(A) é existente, porque se aperfeiçoa com o mero consenso sobre o objeto e o preço, porém nulo, tendo em vista que, embora o preço possa ser fixado por uma das partes, por seu exclusivo arbítrio, se esta faculdade houver sido expressamente acordada, a validade de tal contrato depende da entrega da coisa.

(B) é existente e válido, porque se aperfeiçoa com o mero consenso sobre o objeto e o preço e este pode ser fixado por uma das partes, por seu exclusivo arbítrio, haja ou não previsão expressa nesse sentido.

(C) é inexistente, porque o bem não foi entregue.

(D) é existente, porque se aperfeiçoa com o mero consenso sobre o objeto e o preço, porém nulo, pois não se pode deixar ao arbítrio exclusivo de uma das partes a fixação do preço.

(E) é existente e válido, porque se aperfeiçoa com o mero consenso sobre o objeto e o preço, e este pode ser fixado por uma das partes, por seu exclusivo arbítrio, se esta faculdade houver sido expressamente acordada.

6. (FCC - 2016 - TRT - 23ª REGIÃO (MT) - ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA JUDICIÁRIA) Marcos, pai de Fernando, foi condenado, por decisão transitada em julgado, a pagar alimentos ao filho. Quando da condenação, Fernando tinha 2 anos de idade. Passados 3 anos do trânsito em julgado, Fernando, representado por sua mãe, requereu o cumprimento da sentença. Marcos alegou prescrição. A pretensão para cumprimento da sentença

(A) prescreveu em parte, porque a prescrição atinge apenas os alimentos vencidos antes de 2 anos do pedido de cumprimento.

(B) não prescreveu, porque a prescrição não atinge direito da personalidade.

(C) não prescreveu, porque não corre a prescrição contra os absolutamente incapazes.

(D) prescreveu, porque a pretensão para haver prestações alimentares se extingue depois de 2 anos.

(E) não prescreveu, porque não corre a prescrição contra os relativamente incapazes.

7. (FCC - 2016 - TRT - 23ª REGIÃO (MT) - ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA JUDICIÁRIA) Objetivando construir uma casa, Cássio adquiriu terreno no qual existe um pequeno riacho. Depois da aquisição, entrou em vigor lei proibindo a construção em terrenos urbanos nos quais haja qualquer tipo de curso d'água. Referida lei possui efeito

(A) imediato, atingindo Cássio, porque a lei de ordem pública se sobrepõe ao direito adquirido.

(B) retroativo, por tratar de meio ambiente, mas não atinge Cássio, porque a lei de ordem pública não se sobrepõe ao direito adquirido.

(C) imediato, atingindo Cássio, porque este não possui direito adquirido.

(D) retroativo, por tratar de meio ambiente, atingindo Cássio, porque a lei de ordem pública se sobrepõe ao direito adquirido.

(E) imediato, mas não atinge Cássio, porque a lei de ordem pública não se sobrepõe ao direito adquirido.

8. (FCC - 2016 - TRT - 23ª REGIÃO (MT) - ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA JUDICIÁRIA) João e Rodrigo entraram em luta corporal depois de uma discussão no trânsito. Sem que Rodrigo pudesse se defender, João desferiu-lhe socos e pontapés, causando lesões corporais. Muito machucado, Rodrigo representou pela persecução criminal e ajuizou ação de indenização. A responsabilidade civil

(A) independe da criminal, podendo ser rediscutida no juízo civil qualquer questão já decidida no juízo criminal.

(B) independe da criminal, mas, se João for absolvido, na ação penal, por falta de provas, Rodrigo não poderá pleitear indenização na esfera civil.

(C) depende da criminal, devendo o juiz extinguir a ação de indenização, sem resolução de mérito, se ainda não tiver havido trânsito em julgado da decisão proferida na ação penal.

(D) depende da criminal, devendo sempre o juiz suspender a ação de indenização até o julgamento definitivo da ação penal.

(E) independe da criminal, mas, se a existência do fato for decidida, em definitivo, no juízo criminal, não poderá ser discutida novamente no juízo civil.

9. (FCC - 2015 - TRT - 23ª REGIÃO (MT) - JUIZ DO TRABALHO SUBSTITUTO) Caminhão da Transportadora Ribeiirão, conduzido por seu empregado Lúcio, abalroou veículo pertencente a Paulo, que ajuizou ação pugnando pela condenação da empresa. Esta será responsabilizada de maneira

(A) subjetiva, se provado que Lúcio agiu com culpa.

(B) objetiva, independentemente de prova de que Lúcio agiu com culpa.

(C) subjetiva, por culpa presumida, se provado que Lúcio agiu com culpa.

(D) objetiva, se provado que Lúcio agiu com culpa.

(E) subjetiva, por culpa presumida, independentemente de prova de que Lúcio agiu com culpa.

10. (FCC - 2015 - TRT - 23ª REGIÃO (MT) - JUIZ DO TRABALHO SUBSTITUTO) Ana Paula contratou com Casa das Pedras a entrega e instalação de pingadeiras em sua residência, ainda em construção. Para o caso de mora da empresa, as partes estipularam penalidade no valor da obrigação principal. De acordo com o Código Civil, tal penalidade

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

1. (FCC - 2016 - TRT - 23ª REGIÃO (MT) - Analista Judiciário - Oficial de Justiça Avaliador Federal) Gabriel, pessoa capaz, foi revel em ação na qual Marcelo formulou pedido de condenação. Gabriel não possui patrono nos autos. Em razão da revelia,

(A) se Gabriel vier a intervir no processo, o Juiz deverá dar nova oportunidade para apresentação de contestação.

(B) o pedido de Marcelo será necessariamente acolhido, pois a revelia induz presunção absoluta de veracidade dos fatos afirmados na inicial.

(C) o Juiz deverá nomear curador especial para Gabriel, o qual poderá contestar por negativa geral, invertendo-se o ônus da prova.

(D) o Juiz determinará a intimação pessoal de Gabriel a fim de que compareça nos autos, sob pena de confesso.

(E) os prazos, em relação a Gabriel, correrão independentemente de intimação, a partir da publicação de cada ato decisório.

2. (FCC - 2016 - TRT - 23ª REGIÃO (MT) - Analista Judiciário - Oficial de Justiça Avaliador Federal) Telma emprestou R\$ 10.000,00 para Ana Paula, pessoa maior e capaz. Esta, porém, não devolveu o dinheiro na data apazada. Em razão do inadimplemento, Telma ajuizou ação contra a mãe de Ana Paula, Odete, que possui melhores condições financeiras que a filha. De acordo com o Código de Processo Civil, o juiz deverá

(A) extinguir o processo com resolução de mérito, conhecendo, de ofício, da ilegitimidade de parte.

(B) aguardar a resposta de Odete e extinguir o processo sem resolução de mérito, mas apenas se, na contestação, for suscitada ilegitimidade de parte, vedado conhecer da matéria de ofício.

(C) extinguir o processo sem resolução de mérito, conhecendo, de ofício, da ilegitimidade de parte.

(D) aguardar a resposta de Odete e extinguir o processo com resolução de mérito, mas apenas se, na contestação, for suscitada ilegitimidade de parte, vedado conhecer da matéria de ofício.

(E) corrigir, de ofício, o polo passivo, incluindo Ana Paula, que responderá junto com Odete pela dívida contraída com Telma.

3. (FCC - 2016 - TRT - 23ª REGIÃO (MT) - Analista Judiciário - Área Administrativa) Determinada autarquia do Estado do Mato Grosso foi condenada a pagar indenização a um de seus servidores. Após a condenação, utilizou-se do prazo em quádruplo para recorrer, e, na fase de execução da condenação, alegou a impossibilidade de arcar com a indenização por não ter patrimônio próprio. A propósito dos fatos,

(A) incorreto o prazo recursal, que é em dobro para recorrer, bem como o fundamento do patrimônio, pois a autarquia tem patrimônio próprio.

(B) correto tanto o prazo recursal, como o argumento relativo ao patrimônio.

(C) correto o prazo recursal, mas incorreto o fundamento do patrimônio, pois a autarquia tem patrimônio próprio.

(D) incorreto o prazo recursal, que, na hipótese, é prazo simples, mas correto o fundamento do patrimônio.

(E) incorreto o prazo recursal, que, na hipótese, é em dobro, mas correto o fundamento do patrimônio.

4. (FCC - 2015 - TRT - 23ª REGIÃO (MT) - Juiz do Trabalho Substituto) Quando o novo Código de Processo Civil entrar em vigor

(A) serão atingidos todos os processos e atos processuais em curso, tendo em vista o efeito imediato da lei nova, salvo quanto aos atos que constituírem direito adquirido, ato jurídico perfeito e coisa julgada.

(B) serão atingidos todos os processos, incluindo os que possuam decisão transitada em julgado, tendo em vista o efeito retroativo da lei processual.

(C) serão atingidos todos os processos em curso, sem exceção de qualquer ato, tendo em vista o efeito retroativo da lei processual.

(D) todos os processos em curso, assim como os atos processuais posteriores ao início da vigência da nova lei, continuarão regidos pelo Código de Processo Civil atual.

(E) serão atingidos todos e quaisquer processos e atos processuais, tendo em vista o efeito imediato da lei processual, com exceção apenas das decisões transitadas em julgado.

5. (FCC - 2018 - TRT - 15ª REGIÃO (SP) - Analista Judiciário - Área Judiciária - Oficial de Justiça Avaliador Federal) É competente o foro

- (A) do domicílio do réu, somente, para a ação de reparação de dano sofrido em razão de delito ou acidente de veículos, inclusive aeronaves.
- (B) do lugar da sede da serventia notarial ou de registro, para a ação de reparação de dano por ato praticado em razão do ofício.
- (C) de domicílio do autor, exclusivamente, para as causas em que sejam autores Estado, Distrito Federal ou União.
- (D) de domicílio do autor ou do réu na ação em que este último for incapaz.
- (E) de situação da coisa, sempre, para as ações fundadas em direito pessoal sobre bens móveis.

6. (FCC - 2018 - TRT - 15ª REGIÃO (SP) - Técnico Judiciário - Área Administrativa) No tocante ao Processo Judicial Eletrônico, considere:
I. As partes ou terceiros interessados desassistidos de advogado não poderão apresentar peças processuais ou documentos em papel, devendo constituir advogados que peticionarão de forma avulsa as manifestações no processo.
II. Autoriza-se o uso do tipo “documento diverso” apenas para agrupamento de documentos que não contenham tipo de documento específico no PJe.
III. O prazo para a juntada da contestação, reconvenção, exceção e documentos deverão ser protocolados no PJe até a realização da proposta conciliatória infrutífera, facultada a apresentação de defesa oral, na forma legal vigente.
Está correto o que consta de

- (A) I, II e III.
- (B) II e III, apenas.
- (C) I e II, apenas.
- (D) III, apenas.
- (E) I, apenas.

7. (FCC - 2018 - TRT - 15ª REGIÃO (SP) - Analista Judiciário - Área Judiciária) A respeito das intimações, considere:

I. É obrigatório aos advogados promover a intimação da outra parte por meio do correio, juntando aos autos, a seguir, cópia do ofício de intimação e do aviso de recebimento; frustrada a intimação postal, proceder-se-á ao ato por meio do Diário Oficial eletrônico.

II. Em qualquer hipótese, o juiz determinará de ofício as intimações em processos pendentes.

III. A intimação será feita pessoalmente ou por hora certa, inexistindo porém a intimação por edital, modo que é restrito à citação e aos atos notariais extrajudiciais.

IV. A intimação da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de suas respectivas autarquias e fundações de direito público será realizada perante o órgão de Advocacia Pública responsável por sua representação judicial.

V. A retirada dos autos do cartório ou da secretaria em carga pelo advogado, por pessoa credenciada a pedido do advogado ou da sociedade de advogados, pela Advocacia Pública, pela Defensoria Pública ou pelo Ministério Público implicará intimação de qualquer decisão contida no processo retirado, ainda que pendente de publicação.

Está correto o que consta APENAS de

- (A) II, IV e V.
- (B) IV e V.
- (C) I, II e III.
- (D) II e V.
- (E) I, III e IV.

8. (FCC - 2018 - TRT - 15ª REGIÃO (SP) - ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA JUDICIÁRIA) Em relação à execução por quantia certa,

(A) o exequente poderá obter certidão de que a execução foi admitida pelo juiz, com identificação das partes e do valor da causa, para fins de averbação no registro de imóveis, de veículos ou de outros bens sujeitos a penhora, arresto ou indisponibilidade.

(B) ao despachar a inicial, o juiz fixará, de plano, os honorários advocatícios de 15%, a serem pagos pelo executado, reduzindo-se esse valor a 5% em caso de pagamento integral no prazo de três dias.

(C) o executado será intimado para pagar a dívida em três dias, ou nomear bens suficientes à satisfação do crédito.

(D) se o oficial de justiça não encontrar o executado, devolverá o mandado em cartório, que intimará o exequente para indicar bens à penhora.

(E) no prazo para oferecimento de embargos à execução, impreterivelmente, poderá o executado remir a execução pagando o débito com os encargos e acréscimos legais.

9. (FCC - 2018 - TRT - 15ª REGIÃO (SP) - Analista Judiciário - Área Judiciária) Em relação à formação, suspensão e extinção do processo,

(A) durante a suspensão do processo é defesa a realização de qualquer ato processual, sem exceção, para proteção do princípio da isonomia.

(B) considera-se proposta a ação quando a petição inicial for despachada pelo juiz, mas seus efeitos dependem quanto ao réu de sua citação válida.